

138
9

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0316455-8

AGRAVANTE: José Roberto Pereira de Lima

AGRAVADO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO REATIVAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO. LAUDO DO PERITO OFICIAL QUE CONCLUIU PELA AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE. AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES. RECURSO IMPROVIDO. 1. Destacou-se que em sede de agravo de instrumento, para fins de exame de verossimilhança, os documentos acostados aos autos devem ser capazes de permitir a configuração de um alto grau de probabilidade de acolhimento da pretensão posta em juízo. 2. No caso dos autos, o autor pleiteia a concessão de auxílio-acidente e/ou aposentadoria por invalidez, sob a alegação de que não reúne condições para retornar as atividades laborais. 3. Mantida a decisão recorrida porque ausente nos autos requisitos da verossimilhança do direito alegado. 4. Com efeito, o laudo médico pericial (do Juízo) afirma que *"Com base nos elementos e fatos expostos e analisados, a investigação no presente feito declinou: a) Existência de nexo comprovado entre o acidente e a lesão; b) Não há incapacidade para o exercício da função"*. 6. Agravo de Instrumento improvido, mantida a decisão prolatada em primeiro grau.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do processo nº 0316455-8, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade dos votos, em negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 29 de maio de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0316455-8
AGRAVANTE: José Roberto Pereira de Lima
AGRAVADO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

RELATÓRIO

Trata-se de **Agravo de Instrumento** ajuizado por **José Roberto Pereira de Lima** em face de decisão proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara de Acidentes do Trabalho da Comarca da Capital, nos autos da Ação de Rito Sumério, NPU 0038966-98.2011.8.17.0001, que indeferiu o pedido de tutela antecipada.

Na instância ordinária, o agravante pugna que (i) seja reestabelecido o auxílio-doença acidentário, com efeitos retroativos à data da cessação, (ii) a concessão de aposentadoria por invalidez, por acidente de trabalho ou a (iii) concessão de auxílio-acidente, no percentual de 50%% (cinquenta por cento) (cf. fls. 27/28).

O agravante requer a reforma da decisão de primeiro grau asseverando que (i) "*o pedido de antecipação dos efeitos da tutela foi indeferido por meio de decisão interlocutória de fl. 91 da ação sumária, sob o argumento de que, apesar de os exames e laudos médicos confirmarem a incapacidade laborativa, a perícia médica judicial concluiu que o autor não está incapacitado para o trabalho*" (cf. fls. 06); (ii) "*a perícia em questão de fls. 82/90, o referido perito classificou o autor como sendo do sexo feminino, tendo 49 anos de idade e sendo natural de Salgueiro. Entretanto, como se pode aferir de uma simples observação do RG do autor, o mesmo é do sexo masculino, tem 46 anos de idade e é natural de Escada*" (cf. fls. 07); "*a perícia oficial é apenas um dos elementos postos à disposição do Juízo para que este forme o seu convencimento. Os demais elementos constantes dos autos (laudos e exames médicos, Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT, dentre outros), comprovam, peremptoriamente, que o ora apelante teve sequelas definitivas que retiram, ou, ao menos, diminuem, a sua capacidade laborativa*" (cf. fls. 08).

Determinei a ouvida do INSS, que pugnou pela manutenção da decisão recorrida (fls. 120/122).

O Ministério Público absteve-se de emitir parecer de mérito (fls. 128/131).

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 07 de maio de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0316455-8
AGRAVANTE: José Roberto Pereira de Lima
AGRAVADO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

VOTO

Primeiramente, convém destacar que em sede de agravo de instrumento, para fins de exame de verossimilhança, os documentos acostados aos autos devem ser capazes de permitir a configuração de um alto grau de probabilidade de acolhimento da pretensão posta em juízo.

No caso dos autos, o autor pleiteia a concessão de auxílio-acidente e/ou aposentadoria por invalidez, sob a alegação de que não reúne condições para retornar as atividades laborais.

No aditamento da inicial (fls. 56/57) o agravante afirma que:

O autor trabalhava na USINA LIBERDADE (CACHOOL COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A), na função de trabalhador rural, quando, no dia 23.12.2009, durante o horário de expediente, caiu de um coqueiro onde estava recolhendo cocos, sofrendo fratura de vértebra.

Em razão de tal acidente, a autor teve uma fratura de vértebra (CID S22.0), passando a ser portador de cervicalgia (CID10 M54.2) e discopatia degenerativa, conforme laudos e exames médicos acostados aos presentes autos.

Reconhecendo a existência de incapacidade laborativa, o INSS concedeu o auxílio-doença acidentário (NB 5390413411, espécie 91), tendo o prorrogado em 10.01.2011 e em 14.02.2011, conforme comunicações de decisão nos autos.

Após a suspensão definitiva do benefício acidentário, ocorrido em 22.03.2011, o autor ainda tentou restabelecê-lo por meio de novos requerimentos administrativos realizados em 01.04.2011 e em 12.05.2011. A autarquia previdenciária, no entanto, indeferiu o pedido sob o argumento de inexistência de incapacidade.

Ocorre que, a meu sentir, é de ser mantida a decisão recorrida porque ausente nos autos requisitos da verossimilhança do direito alegado.

Isso porque restou acostado aos autos o laudo do perito oficial (fls. 82/106), onde se afirmou que:



140
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

O caso envolve periciando de 46 anos de idade, com queixas dor na região lombar, informado ter caído em 23/12/2009, de um coqueiro durante a atividade laborativa na Usina Cachool, onde tem vínculo empregatício desde de 14/04/2008. Refere que foi atendido no Hospital Getúlio Vargas onde ficou internado por oito dias. Também relata que foi afastado de suas atividades de 01/2010 a 22/03/2011, tendo após alta retornado a empresa mas não trabalha em virtude de se queixar de dores na coluna.

Quanto ao alegado acidente referido pelo autor, não existe comprovação de atendimento no Hospital Getúlio Vargas anexado aos autos, assim como também não foi emissão de CAT pela empregadora.

Foi deferido Benefício espécie acidentário pela Previdência Social de 01/2010 até 22/03/2011.

O exame pericial realizado no autor, comprova a existência da capacidade laborativa uma vez que há sinais de hiperquetose palmar bilateral, e manutenção do trofismo e simetria muscular. Os testes e manobras álgicas foram negativas e a mobilidade articular na articulação do tornozelo envolvida é idêntica a contra-lateral, não apresentando nenhuma limitação de mobilidade.

Há de se convir que o tratamento conservador realizado na coluna vertebral do periciado, foi conservador, não cirúrgico e o tempo de imobilização necessário para consolidação vertebral não ultrapassa 60 dias. Não houve comprometimento neurológico, uma vez que não distrofias neuromusculares evidentes. Os reflexos estão normais e a marcha preservada. Além do mais o autor gozou de Benefício Previdenciário por período extremamente superior ao necessário para sua recuperação e ainda permanece queixando-se e requerendo incapacidade laborativa, apesar da sua condição clínica demonstrar o contrário.

Quanto as declarações fls. 20 de lavra de Dr. Túlio Rangel, CRM 13282, afirma que o exame neurológico foi normal.

(...)

Quanto a doença do autor, pode-se afirma que a fratura está consolidada há 3 anos e sem repercussões neurológicas e funcionais, como comprova a Tomografia anexa: TAC de 28/12/2010 do H.G.V. Acunhamento do corpo vertebral de T12 havendo preservação do muro posterior. Discreto colapso de T7. Não o há evidência de protusões ou herniações discais. Dr. Ivone Martins, CRM 9992

(...)

V- CONCLUSÕES

Com base nos elementos e fatos expostos e analisados, a investigação no presente feito declinou:

- a- Existência de nexo comprovado entre o acidente e a lesão;
- b- Não há incapacidade para o exercício da função.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Com efeito, é necessário visualizar nos autos prova inequívoca que a pretensa redução de capacidade laborativa teria decorrido de acidente de trabalho e que permanece atual.

No caso, não há evidência de redução da capacidade laborativa.

Assim, tenho que é de ser mantida a decisão prolatada em primeiro grau, pelo que **nego provimento** ao presente recurso de agravo de instrumento.

Recife, 29 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator